

RESENHA III

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL.

Tecnologia educacional: pressupostos teóricos e linhas de ação.

R. **Adm. Mun.**, Rio de Janeiro, 28 (159): 38-56, abr./jun. 1981.

O presente trabalho consiste numa reflexão crítica sobre as possibilidades e os procedimentos que viabilizam a integração da Tecnologia Educacional aos sistemas de ensino.

Inicialmente, os autores fazem uma abordagem crítica, partindo de posições antagônicas frente à validade das contribuições da TE — Tecnologia Educacional, tentando redimensioná-la ao procurar uma posição intermediária que a encara como uma "utilização estratégica e consciente de princípios, métodos e técnicas que possam contribuir para a reorientação e melhoria do ensino, dentro de uma perspectiva globalizante, histórica e crítica". Resumem em tópicos os pressupostos-chave que condicionam a viabilização da TE, para, em seguida, propor as linhas de ação a serem desenvolvidas através de Programas que objetivam colocá-la "a serviço da dinamização de práticas educativas não convencionais, com vistas ao atendimento de necessidades de populações marginalizadas".

Segundo os autores, o entusiasmo pela Tecnologia Educacional, como solução para todos os males da educação, está nas tentativas de modernização do sistema educacional pela introdução de meios, técnicas e métodos sofisticados de planejamento, implementação e avaliação.

As propostas de mudanças refletem a intenção de redefinir a prática educacional nos moldes industriais. A TE surge, então, como instrumento hábil para o atendimento das exigências de racionalidade e eficiência. Mas como é usada indiscriminadamente, sem se questionar suas finalidades, contradições e aberrações, provoca reações de rejeição e fortes críticas por parte daqueles que condicionam as solu-

ções para a crise educacional às renovações radicais no contexto estrutural da sociedade. Para estes, mudanças superficiais não alteram "o caráter seletivo do sistema educacional, seu conteúdo elitizante, nem seu papel de reforçador da situação de dominação".

Os autores argumentam que o perigo da TE está na ilusão de se acreditar que, com a simples mudança de equipamentos e métodos, o processo pode continuar como está.

Com relação a essa utilização inconsciente da TE por parte dos educadores, é levantada a questão da possibilidade de haver outra forma de propor e desenvolver a Tecnologia Educacional, a não ser esta prática à qual é habitualmente referida.

Em seguida, é feita uma reflexão sobre as diversas definições dadas à TE, que é considerada, preferencialmente, como sendo "aplicação do conhecimento científico e organizado à solução de problemas educacionais". Os autores, porém, argumentam ser necessário ir além das definições e questionar os fins, explicitar as ideologias subjacentes às propostas de inovações, a fim de dar uma outra dimensão à TE, que não seja esta de técnica refinada ou estratégia de racionalização do processo educativo.

Esse redimensionamento deve implicar numa nova postura dos inovadores, que irão submeter as propostas de renovação ao crivo dos fins, a uma filosofia que questiona, reflete, estabelece objetivos e direciona.

Segundo Balzan¹ "só o senso de realidade, embasado em um sólido conhecimento sobre a educação como parte de um contexto sócio-

BALZAN, Newton C. Sete asserções inaceitáveis sobre inovações educacionais. **Educ. & Soc.**, São Paulo (6): 133, 1980.

cultural complexo e dinâmico, permitirá ao educador detectar os pontos-chave sobre os quais atuar, identificar os meandros e as ligações dos problemas com os quais se defronta a sociedade na qual o fenómeno educativo se realiza".

É colocado, ainda, que o educador se encontra diante de uma opção em relação à ideologia da TE: a quem serve a TE? Ou serve para "criar novas formas de pensar, analisar e atuar, estimulando a reflexão, a crítica e a criação responsável" ou serve para "aperfeiçoar o processo de domesticação..."

Considerando que a maior parte dos educadores são adeptos da segunda alternativa, isso leva a crer que a aplicação dos conhecimentos científicos é vista, por eles, como meio de aumentar o rendimento do sistema e, conseqüentemente, como instrumento de "mudança".

Há, ainda, aqueles que, embora defendam a necessidade urgente de mudança, praticam a TE sem questionar suas fórmulas aparentemente significativas, mas que não atingem a essência do processo.

Como afirma Vera Maria F. Candau², na maior parte das vezes, "sob a aparência de flexibilidade, atividade, individualização e personalização, persiste uma proposta autoritária em que o sujeito é levado a caminhar sem interferir no processo de decisão, seja a nível de fins e objetivos, que estão previamente determinados, seja a nível do processo, a não ser na escolha de alternativas, previamente determinadas".

Neste ponto, os autores voltam a perguntar se toda a possibilidade da TE se esgota nestas práticas, ou se o instrumental que ela oferece é incompatível com uma inovação significativa.

Em seguida, são citados quatro níveis de inovação em função das mudanças que implicam, de acordo com Demerval Saviani³. No primei-

² CANDAU, Vera Maria F. Tecnologia educacional e autoritarismo. Comunicação apresentada na 32ª Reunião Anual da SBPC, 1980. p. 7. mimeo.

³ SAVIANI, Demerval. A filosofia da educação e o problema da inovação em educação. In: GARCIA, W. E., coord. Inovação educacional no Brasil. São Paulo, Cortez, 1980. p. 26.

ro nível, os métodos sofrem alterações superficiais, permanecendo intactos no essencial; no segundo, já são substancialmente alterados; no terceiro nível são mantidas as finalidades do ensino, e, para atingi-las, usam-se formas para-institucionais e/ou não institucionalizadas; e, finalmente, no quarto nível, a educação é alterada nas suas próprias finalidades, buscando-se meios mais adequados e eficazes para atingir novas finalidades.

De acordo com esta classificação, a TE aparece ligada aos segundo e terceiro itens, sem contudo nenhum deles se referir aos fins que são "os parâmetros para aquilatar a significância e a viabilidade de mudança".

Partindo para os pressupostos-chave, propriamente, exequibilidade da TE, os autores determinam que os limites devem ser reconhecidos e as possibilidades exploradas, como "alternativa para a ingenuidade de 'tudo poder e para o imobilismo do nada fazer'".

Primeiramente, é colocado que, tendo o sistema educacional problemas concretos, devem-se buscar formas alternativas de atuação. A TE não é a "chave para a solução" e nem é "um fim em si mesma", contudo, não condicionando totalmente a renovação da educação à mudança das estruturas sociais, conseqüentemente, abrem-se todas as possibilidades à TE.

Por outro lado, seu potencial não se esgota nas práticas orientadas para modernização e eficiência do sistema. Colabora, também, quando sua aplicação "visa à eficácia das soluções, avaliada em termos de sua validade externa", isto é, quando a eficiência não é encarada como fim em si mesma.

Como já foi dito anteriormente, é necessário explicitar as ideologias subjacentes e analisar sua validade em função dos fins que se tem em mente. Neste caso, "a TE não é neutra, está sempre ideologicamente comprometida com o sistema de valores dos que a aplicam".

E, finalmente, os autores colocam que gradualismo, incrementalismo e intervenção estratégica são táticas eficazes que devem ser consideradas como de grande importância no processo de mudança.

A partir da aceitação desses pressupostos, admite-se que a Tecnologia Educacional não pode ser usada por modismo ou por imposição, mas como consequência de uma visão crítica de inovação educacional.

No final do trabalho, são propostas as linhas de ação da Tecnologia Educacional a serem desenvolvidas através dos seguintes programas:

— *Programa de Aplicação da Tecnologia Educacional ao Ensino de 1º e 2º Graus;*

— *Programa de Integração da Tecnologia Educacional ao Ensino Superior;*

— *Programa de Tecnologia Educacional na Área de Treinamento; e*

— *Programa de Utilização da Tecnologia Educacional em Apoio de Projetos de Educação de Base.*